



ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS
RUA JOÃO CASTILHO N° 111
89.898.000 - TUNÁPOLIS - SC

Secretaria de Administração/Departamento de Compras
Processo de Compra N°.: 45/2022
Tomada de Preços p/ Obras e Serv. de Engenharia n°: 02/2022
Data Emissão: 18/02/2022
Forma de Julgamento: Menor Preço Unitário por GLOBAL

O Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, torna público para o conhecimento dos interessados que às 9h30min do dia 08/03/2022, na sede da municipalidade, reunir-se-á a Comissão de Licitações para proceder a abertura e julgamento das habilitações desta: **TOMADA DE PREÇOS - Menor Preço Unitário por Item, em regime de empreitada GLOBAL**, regendo-se este processo Licitatório pela Lei Federal n° 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Complementar n° 123/2006 e legislação vigente e pertinente à matéria, com o seguinte objeto:

CONTRATAÇÃO, SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, DE EMPRESA PARA AMPLIAÇÃO E REFORMA DO CRAS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NOS ANEXOS DESTA EDITAL E PORTARIA N° 463/SEF - 17/11/2021.

01 - RELAÇÃO DE ITENS DA LICITAÇÃO:

Item	Quantidade	Unid.	Preço Máximo	Especificação
1	1,00	UND	<u>352.600,01</u>	CONTRATAÇÃO, SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, DE EMPRESA PARA AMPLIAÇÃO E REFORMA DO CRAS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NOS ANEXOS DESTA EDITAL.

O valor estimado para a execução total é de R\$ 352.600,01 (TREZENTOS E CINQUENTA E DOIS MIL SEISCENTOS REAIS E UM CENTAVO) cujo valor é estabelecido como máximo a ser praticado, inclusive em relação aos custo unitários, ou seja, não devem ultrapassar o limite consignado na planilha orçamentária, integrante do projeto executivo.

1.1. Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigentes, classificadas e codificadas sinteticamente sob o número: **121** da Prefeitura Municipal de Tunápolis, do ano de 2022, Transferências Especiais, conforme disposição do § 3° do art. 123 da Constituição Estadual e normatizadas.

2. DAS VISITAS

2.1. A critério da empresa poderão realizar visitar e examinar o local da obra, e obter para si, às suas expensas, sua responsabilidade e risco, todas as informações e verificações que possam ser necessárias para a preparação de suas propostas, não podendo as proponentes, em hipótese alguma, propor modificações nos prazos ou Condições estipuladas, alegar qualquer prejuízo ou reivindicar qualquer benefício, sob a influência de dados e/ou informações sobre os sítios da obra.



ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

03 - DAS RESTRIÇÕES E CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

3.1 - Não poderão participar desta licitação:

- a) Concordatárias ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;
- b) Que estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública suspenso, ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas;
- c) Que estejam reunidas em consórcio, ou sejam controladas, coligadas ou subsidiárias entre si qualquer que seja sua forma de constituição.
- d) Estrangeiras que não funcionem no País.

3.2 DAS RESTRIÇÕES E CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

3.2.1 - Poderão participar desta licitação qualquer interessado devidamente cadastrado ou que atender a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento dos envelopes habilitação e das propostas, observada a necessária qualificação.

3.3 - Não poderá participar empresa concordatária ou que estiver sob regime de falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação.

3.4 - Que estejam reunidas em consórcio, ou seja, controladas, coligadas ou subsidiárias entre si qualquer que seja sua forma de constituição.

3.5 - Estrangeiras que não funcionem no País.

3.6 - Será vedada a participação de empresas declaradas inidôneas por Ato do Poder Público de TUNÁPOLIS, ou que estejam temporariamente impedidas de licitar, contratar ou transacionar com a Administração Pública Municipal ou quaisquer de seus órgãos descentralizados (incisos III e IV do art. 87, da Lei nº 8.666/93).

3.7 - Não poderá participar direta ou indiretamente da licitação, servidor, agente político ou responsável pela licitação, na forma do art. 9º, III, da Lei nº 8.666/93.

3.8 - A participação nesta licitação significará a aceitação plena e irrestrita dos termos do presente Edital e das disposições das leis especiais, quando for o caso. Para participarem da presente TOMADA DE PREÇOS, deverão os proponentes interessados apresentar documentação que "CREDENCIA" um representante, bem como envelope lacrado, com os documentos relativos à "HABILITAÇÃO", e envelope contendo "PROPOSTA".

3.9 - DA PARTICIPAÇÃO DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

3.9.1- As microempresas e empresas de pequeno porte que quiserem participar deste certame usufruindo os benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006, deverão observar o disposto nos subitens seguintes.



ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

3.9.2 - A condição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, para efeito do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar 123/2006, deverá ser comprovada, mediante apresentação da seguinte documentação:

a. Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial da sede do licitante onde conste o seu enquadramento como Empresa de Pequeno Porte ou Microempresa. As sociedades simples, que não registram seus atos na Junta Comercial, deverão apresentar certidão do Registro Civil de Pessoas Jurídicas atestando seu enquadramento nas hipóteses do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006. A Certidão deve estar atualizada, ou seja, emitida a menos de 120 (cento e vinte) dias da data marcada para a abertura da presente Licitação.

b. Declaração de enquadramento em conformidade com o art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, afirmando ainda que não se enquadram em nenhuma das hipóteses do § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, sendo esta, assinada pelo administrador da empresa.

3.9.3 - Os documentos para fins de comprovação da condição de microempresa e empresa de pequeno porte deverão ser apresentados fora dos envelopes, no ato de credenciamento das empresas participantes.

04 - DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E DE PROPOSTA DE PREÇOS:

4.1 - No dia, hora e local indicados no preâmbulo do presente Edital, os licitantes ou seus representantes devidamente credenciados deverão entregar sua documentação de habilitação e proposta de preços à Comissão de Licitação, em envelopes separados, denominados DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO e PROPOSTA DE PREÇOS, devidamente fechados e identificados, contendo em sua parte externa e frontal, os seguintes dizeres:

**PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS - SC.
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TOMADA DE PREÇOS P/OBRAS E SERV. DE ENGENHARIA Nº 02/2022
ENVELOPE Nº 1 - "DOCUMENTAÇÃO DE HABILITACAO".
(Identificação do Proponente - Razão Social / CNPJ / Endereço)**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS - SC.
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TOMADA DE PREÇOS P/OBRAS E SERV. DE ENGENHARIA Nº 02/2022
ENVELOPE Nº 2 - "PROPOSTA DE PREÇOS".
(Identificação do Proponente - Razão Social / CNPJ / Endereço)**

4.2 - Após o horário estabelecido para o recebimento dos envelopes, nenhum outro documento será recebido, nem serão permitidos quaisquer adendos, acréscimos, substituições ou esclarecimentos, exceto quanto à faculdade de a Comissão de Licitação promover diligência, a seu critério, destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório ou de eventuais recursos porventura interpostos.

4.3 - Os documentos deverão ser apresentados, em original, por qualquer processo de cópia previamente autenticada por cartório ou servidor designado pela



ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

Administração Municipal de Tunápolis, ou ainda por publicação em Órgão da Imprensa Oficial (perfeitamente legíveis), em única via.

4.4 - A inversão dos documentos no interior dos envelopes, ou seja, a colocação da PROPOSTA DE PREÇOS NO ENVELOPE DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, ou vice-versa, acarretará a exclusão sumária da licitante do certame.

4.5 - A licitante que deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para o ENVELOPE N° 01 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO será inabilitada, não podendo participar da fase posterior, com a consequente devolução do ENVELOPE N° 02 - PROPOSTA DE PREÇOS, somente após o julgamento de eventuais recursos, relativos a fase de habilitação.

4.6 - Em seguida, realizar-se-á o credenciamento dos interessados ou de seus representantes, que consistirá na comprovação de que possuem poderes para praticar atos inerentes ao certame. Tal comprovação deverá ser feita através de:

a) Procuração ou Carta de Credenciamento com firma reconhecida em Cartório e documento de identidade de fé pública original ou autenticada, e deverá ser entregue a Comissão de Licitações juntamente com os envelopes, (porém, fora de qualquer um dos envelopes), ficando arquivada no Processo Licitatório; ou

b) Em sendo o representante da empresa, diretor ou sócio da mesma com poderes de gerência, deverá apresentar este, para se credenciar, documento de identidade de fé pública e cópia autenticada ou original do Contrato Social da empresa ou da ata de assembleia geral da empresa licitante (apresentado fora dos envelopes).

4.7 - A não apresentação dos documentos de representação, do representante mencionado no subitem 4.6, não será motivo de impedimento para o recebimento dos invólucros da licitante, nesta licitação. Porém, será motivo de impedimento para a prática de qualquer ato formal na Sessão Pública.

4.8 - Cada Representante somente poderá representar uma única licitante.

05 - DA HABILITAÇÃO:

Deverão os interessados apresentar em envelope lacrado com a descrição: TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA N° 02/2022 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO - ENVELOPE N° 01, endereçado ao MUNICIPIO DE TUNÁPOLIS - SC, contendo também a identificação do Proponente (nome ou razão social) e que deverá ser entregue até às **9h30min do dia 08/03/2022**, no departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de TUNÁPOLIS - SC, sita a Rua João Castilho n.111, cujo conteúdo será apreciado no horário e data de julgamento a que se refere o presente edital, e que deverá conter:

5.1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA:

5.1.1 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado. Em se tratando de sociedade comercial, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleições de seus administradores ou, registro comercial no caso de empresa individual;

5.1.2 inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;



ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

5.1.3 - Prova de inscrição atualizada, no Cadastro de Fornecedores do Município de TUNÁPOLIS, até o terceiro dia anterior à data designada para o recebimento dos envelopes de habilitação e propostas.

5.1.4 - A empresa deverá apresentar uma Declaração informando qual o CNAE que representa a atividade de maior receita da empresa para enquadramento em atividade pertinente ao objeto desta licitação.

5.2 - REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

5.2.1 - Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante Certidão Conjunta de Quitação de Tributos e Contribuições Federais e à Dívida Ativa da União, fornecida pela Procuradoria da Fazenda Nacional / Receita Federal do Brasil;

5.2.2 - Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual, mediante Certidão emitida pela Fazenda do Estado onde está sediada a empresa;

5.2.3 - Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal, mediante Certidão emitida pela Fazenda do Município onde está sediada a empresa;

5.2.4 - Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

5.2.5 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho.

5.3 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA / FINANCEIRA:

5.3.1 - **Certidão negativa de falência e concordata** juntamente com a **Certidão de registros cadastrados no sistema EPROC**, disponível no endereço <https://certeproclg.tjsc.jus.br>;

5.3.2 - **Demonstrações Contábeis do último exercício social - (termo de abertura, ativo, passivo, DRE, DLP e termo de encerramento)**, já exigível e apresentado na forma da lei, que comprove a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado o exercício a mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

5.4 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

5.4.1 - **Certidão da Pessoa Jurídica** emitida pelo Conselho de Classe com habilitação para execução do serviço e com jurisdição no Estado onde está sediada a empresa, com validade na data limite da entrega da documentação e das propostas.

5.4.2 - **Certidão da Pessoa Física do Profissional** que será o responsável pela obra, emitida pelo Conselho de Classe com habilitação para execução do serviço e com jurisdição no Estado onde está sediado, com validade na data limite da entrega da documentação e das propostas.

5.4.3 - Comprovação do licitante de possuir na data prevista para entrega da proposta, um profissional responsável de nível superior (**Engenheiro**



ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

Civil/Arquiteto) ou outros devidamente reconhecidos pela entidade competente, devidamente registrado no órgão.

- O vínculo do profissional com a empresa poderá ser comprovado através de:
- **Registro profissional na carteira do trabalho** acompanhada da cópia autenticada do registro do profissional no livro de registro de empregados da empresa; ou
 - **Contrato de Prestação de Serviço registrado no órgão competente**, que comprove a vinculação e responsabilidade; ou
 - **Contrato de Prestação de Serviço celebrado entre as partes**, que comprove a vinculação e responsabilidade do profissional, com autenticação das assinaturas em cartório; ou
 - **Certidão de Pessoa Jurídica determinando o responsável técnico**; ou
 - **Na hipótese do sócio ser também o responsável técnico pela empresa**, poderá ser comprovado através do Contrato Social ou Alteração Contratual.

5.4.4 - Declaração da empresa proponente, sob as penas da Lei, que atende ao inciso V, do artigo 27, da Lei n. 8666, de 21 de junho de 1993, que se refere ao inciso XXXIII, do artigo 7. da Constituição Federal, de que não possui em seu quadro de empregados, trabalhadores menores de dezoito anos realizando trabalhos noturnos, perigosos e insalubres, e de menores de dezesseis anos trabalhando em qualquer tipo de função, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.

OBS.: a) Todas as Certidões e Provas devem ter validade na data prevista para o recebimento da documentação e das propostas.

b) Os documentos de habilitação preliminar poderão ser apresentados em via original ou cópia autenticada por qualquer processo, sendo por tabelião de notas, ou por publicação em Órgão de Imprensa Oficial. Todos os documentos expedidos pela empresa deverão ser subscritos por seu representante legal devidamente comprovado através de documento hábil. Todas as certidões deverão referir-se ao domicílio ou sede da Licitante.

c) Caso a validade não conste nas certidões, estas serão consideradas válidas por um período de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua emissão.

06 - DA PROPOSTA:

6.1 - A proposta deverá ser apresentada em envelope separado e lacrado, com a seguinte subscrição: PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS - **TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA N° 02/2022** e que deverá ser entregue até às **9h30min do dia 08/03/2022**, no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de TUNÁPOLIS, sita a Rua João Castilho, N° 111.

6.2 - A Proposta de Preços deverá ser apresentada em 01 (uma) via, digitada e impressa através de micro computador, em língua portuguesa, sem emendas ou entrelinhas, nem rasuras, com razão social e endereço, preferencialmente encadernada, assinada pelo representante legal da empresa e preferencialmente com todas as folhas rubricadas e numeradas, em ordem crescente e em envelope lacrado.

6.3 - No preço deverão estar incluídos todos os custos e despesas decorrentes da execução do contrato, tais como responsabilidade técnica total, pessoal, encargos sociais, materiais, sinalização, transporte, seguros, ferramental, maquinário e



ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

equipamentos necessários (incluindo todo o material de proteção individual) e tributos de qualquer natureza.

6.4 - O valor proposto deverá ser cotado em algarismos e por extenso, em moeda brasileira e com duas casas decimais. No caso de discordância entre o valor em algarismo e por extenso, prevalecerá este último.

6.5 - A proposta deverá ser elaborada com as seguintes discriminações, sob pena de desclassificação, com fundamento no inciso I do artigo 48 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada:

a) A proponente deverá apresentar Orçamento Detalhado da Obra (cada item), indicando as quantidades de serviços e materiais a executar, de acordo com as Planilhas de Orçamento por item, constantes no ANEXO de cada item, com seus respectivos preços unitários e totais propostos.

b) Para atendimento a Legislação Previdenciária, a proponente deverá considerar para fins de elaboração da proposta, como percentual mínimo da Mão-de-Obra e demais Serviços para efeito de base de cálculo para retenção do INSS, conforme percentual estabelecido no orçamento pelo responsável por sua elaboração, para cada item conforme constante nas planilhas que são parte integrante deste edital para todos os fins e efeitos.

6.6 - Na composição dos preços unitários deve estar incluída a taxa de Bonificação e Despesas Indiretas (BDI), e sua composição deverá ser discriminada.

6.7 - A proposta deverá ser apresentada em moeda corrente nacional.

6.8 - As propostas deverão permanecer válidas e em condições de aceitação por um período de 60 (sessenta) dias corridos contados da data da entrega das mesmas. Findo este prazo, ficam os participantes liberados dos compromissos assumidos, se o desejarem.

6.9 - Conforme orçamentos da obra avalizados pelo município, consubstanciado em levantamento e informações de preços e serviços, a administração estabelece o teto máximo das referidas obras sendo para cada item.

6.10 - A Proposta de Preços apresentada deve incluir todas e quaisquer despesas necessárias e indispensáveis para a perfeita execução das obrigações decorrentes desta licitação e do respectivo termo contratual e deve ser elaborada em conformidade com a legislação aplicável e as condições estabelecidas neste instrumento convocatório e seus anexos.

6.11 - Será desclassificada a proposta de preço que deixe de cumprir quaisquer exigências deste Edital.

6.12. - Será desclassificada a proposta de preços que contenha cotação incompatível com as especificações constantes do memorial descritivo, planilha descritiva e projetos em anexo;

6.12.1 - Será desclassificada a Proposta de Preços que se oponha a qualquer dispositivo legal vigente ou a que consigne preços excessivos ou manifestamente inexequíveis;

6.12.2 - Não serão consideradas as vantagens não previstas neste edital, nem preços ou vantagens baseadas em ofertas das demais licitantes, preço unitário simbólico, preços irrisórios ou com cotação equivalente a zero.



ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

6.13 - O Órgão Licitante/Contratante se reserva o direito de, em qualquer ocasião, fazer alterações no projeto que implique na redução e/ou aumento do volume de serviço, nos limites permitidos pela legislação vigente - Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações baseando-se para tanto nas quantidades determinadas pela fiscalização da obra e nos preços apresentados na licitação.

6.14 - A apresentação de uma proposta na Licitação será considerada como evidência de que a proponente:

a) Examinou criteriosamente todos os documentos do Edital, que os comparou entre si e obteve do órgão Licitante todas as informações sobre qualquer ponto duvidoso;

b) Considerou que os elementos desta Licitação permitem a elaboração de uma proposta totalmente condizente para o fornecimento/ execução do objeto licitado.

c) Reconhece como irrestrita e irretratável as condições estabelecidas no Edital e que sendo vencedor da licitação, assumirá integral responsabilidade pelo perfeito e completo fornecimento do objeto licitado.

07 - DO JULGAMENTO:

7.1 - O julgamento será efetuado em duas fases distintas, a saber:

7.1.1 - Habilitação:

7.1.1.1 - O julgamento das habilitações/inabilitações será realizado no Setor de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Tunápolis, no horário das **9h30min do dia 08/03/2022.**

7.1.1.2 - A Comissão abrirá os envelopes, e os documentos neles contidos serão rubricados por todos os membros da Comissão de Licitações, facultando-se aos interessados o exame dos mesmos.

7.1.1.3 - A comissão de licitações analisará a documentação definindo as habilitações e inabilitações, abrindo prazo recursal conforme o artigo 109 da Lei Federal nº 8.666/93 consolidada. Contudo se todos os proponentes estiverem presentes através de pessoa legalmente habilitada a representá-lo, e havendo interesse, podem desistir do direito referente a esta fase, conforme incisos II e III do artigo 43 da mesma Lei, o que se caracteriza por constar na ata a respectiva opção, bem como, sendo subscrita esta pelos participantes.

7.1.1.4 - As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste certame licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição (Artigo 43, da Lei Complementar nº 123/2006).

7.1.1.5 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal da Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, será assegurado o prazo de 5(CINCO) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa (§ 1º do artigo 43, da Lei Complementar nº 123/2006).

7.1.1.6 - A não regularização da documentação, no prazo previsto no § 1º do artigo 43, da Lei Complementar nº 123/2006, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes



ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

7.1.1.7 - A Comissão poderá suspender a reunião para melhor análise dos documentos, se assim julgar conveniente e marcar nova reunião, ocasião em que será apresentado o resultado da habilitação.

7.2 - Proposta:

7.2.1 - Somente serão abertos os envelopes das propostas dos proponentes habilitados, após o prazo recursal, desistência expressa ou após o julgamento dos recursos interpostos. A Comissão abrirá os envelopes de proposta dos proponentes habilitados, procedendo ao respectivo julgamento de acordo, exclusivamente com os fatores e critérios estabelecidos no Edital; os respectivos documentos serão rubricados por todos os membros da Comissão e pelos representantes dos proponentes participantes. Será vencedor o licitante que apresentar proposta de acordo com o Edital e cotar o MENOR PREÇO POR ITEM EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL.

7.2.2 - No julgamento das propostas, não serão consideradas vantagens não previstas nesta Licitação, nem ofertas de redução sobre propostas concorrentes.

7.2.3 - Para efeito de julgamento das propostas será considerado o menor preço em regime de empreitada global.

7.2.4 - O inabilitado receberá de volta seu envelope-proposta intacto, após o prazo recursal, desistência expressa ou após o julgamento dos recursos interpostos.

7.2.5 - Com fundamento no artigo 44, da Lei Complementar nº 123/2006, nas licitações é assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

a) Entende-se por empate, aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

7.2.6 - Para efeito do disposto no Art. 44 desta Lei Complementar, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado. Para tanto, será a empresa intimada para o direito de preferência, devendo apresentar nova proposta no prazo de 02 (dois) dias úteis a contar da intimação;

b) Não ocorrendo a contratação da Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, na forma do inciso I do caput deste artigo, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do Art. 44 da referida Lei Complementar, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

c) No caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do Art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.



ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

d) Na hipótese da não contratação nos termos previstos no caput do artigo 44 da Lei Complementar nº 123/2006, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

e) O disposto no artigo 44 da Lei Complementar nº 123/2006 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.

8. - Critérios de julgamento

8.1 - Desclassificação

Serão desclassificadas as propostas que:

A) Não obedecerem as condições estabelecidas no Edital e que forem superiores ao valor orçado pela administração que consta no item 01 (objeto) deste edital.

B) Forem manifestamente inexequíveis, de acordo com o estabelecido no § 1º do artigo 48 da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, atualizada.

C) Consideram-se manifestamente inexequíveis as propostas cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:

- 1) média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, ou
- 2) valor orçado pela Administração.

8.2 - Classificação

As propostas consideradas aceitáveis serão analisadas pela comissão, levando-se em conta exclusivamente o menor preço em regime de empreitada global.

a) A classificação se fará pela ordem crescente dos preços propostos.

b) No caso de empate entre duas ou mais propostas e obedecido o disposto no § 2º do Art. 3º da Lei 8.666, a classificação se fará por sorteio a ser realizado em ato público, com a presença dos proponentes.

09 - DO REAJUSTE:

9.1 - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

10 - DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA:

10.1 - **A CONTRATADA** assumirá responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuará, pelo fornecimento de equipamento, materiais, mão-de-obra, assim como pelo cumprimento dos elementos técnicos recebidos, bem como quaisquer danos decorrentes da realização destes serviços, causados a esta Municipalidade ou a terceiros.

10.2 - **A CONTRATADA** obriga-se a cumprir todas as exigências das Leis e Normas de Segurança e Higiene de Trabalho, fornecendo os adequados equipamentos de proteção individual a todos os que trabalharem, ou por qualquer motivo, permanecerem na obra.



ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

10.3 - **A CONTRATADA** providenciará, às suas custas, verificações e provas de materiais fornecidos e de serviços executados, bem como os reparos que se tornarem necessários, para que os trabalhos sejam entregues em perfeitas condições.

10.4 - **A CONTRATADA** providenciará, às suas custas, o fornecimento da placa indicativa da obra, bem como a aprovação pelos poderes competentes ou companhias concessionárias de serviços públicos, quando for o caso, de todos os componentes dos projetos.

10.5 - **A CONTRATADA** se obriga a facilitar todas as atividades de fiscalização da obra que serão feitas por técnicos desta Municipalidade, fornecendo as informações e demais elementos necessários.

10.6 - **A CONTRATADA** deverá providenciar a **Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) da obra de forma discriminada** no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos após emissão da Ordem de Serviço.

10.7 - **A CONTRATADA** assumirá integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução dos serviços.

10.8 - **A CONTRATADA** obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

10.9 - **A CONTRATADA** deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidadas.

10.10 - **A CONTRATADA** deverá Colocar e Manter a disposição, no canteiro de Obras, o "Diário da Obra".

10.11 - **A CONTRATADA** deverá **garantir, durante a execução das obras, a continuidade e a segurança do tráfego; a proteção e a conservação dos serviços executados; e, sinalizar e manter a vigilância necessária à segurança do trânsito. Todas as frentes de serviço em obras ou não, deverão ser ostensivamente sinalizadas; inclusive cabendo à empresa contratada, a responsabilidade por qualquer dano causado à terceiros, no período compreendido desde o início da obra até a entrega definitiva da mesma.**

10.12 - **A CONTRATADA** deverá fazer a matrícula da obra junto a Previdência Social, entregando cópia da mesma para o município.

10.13 - Comunicar antecipadamente o MUNICÍPIO, da necessidade de bloqueio de vias, devendo aguardar aprovação para sua efetiva execução.

10.14. A licitante contratada responderá pela solidez e segurança do objeto da presente licitação, durante o prazo de 5 (cinco) anos, contados a partir da data da conclusão das mesmas, em conformidade com o artigo 618, do Código Civil Brasileiro (Lei Federal nº 10.406/2002).



ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

11 - DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO:

11.1 - A inexecução e a rescisão do contrato serão reguladas pelo Artigo 58 e Artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

11.2 - A inexecução e rescisão do Contrato processar-se-á considerando-se:

11.2.1 - A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão com as consequências contratuais e as previstas em lei.

11.2.2 - O Instrumento poderá ser rescindido, unilateralmente pela **CONTRATANTE**, ou bilateralmente, atendida sempre a conveniência administrativa.

11.2.3 - Constituem motivos para rescisão do Contrato:

- a) O não cumprimento de Cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- b) O cumprimento irregular de Cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- c) A lentidão no seu cumprimento, levando a Administração a presumir a não conclusão da obra, nos prazos estipulados;
- d) O atraso injustificado no início da obra;
- e) A paralisação da obra, sem justa causa e prévia comunicação a Administração;
- f) O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução, assim como as de seus superiores;
- g) O cometimento reiterado de faltas na sua execução anotadas na forma do parágrafo 1º, do artigo 67, da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, atualizada.
- h) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- i) A dissolução da sociedade ou o falecimento do **CONTRATADO**;
- j) A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que prejudique a execução do Contrato;
- k) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a **CONTRATANTE** e exaradas no processo administrativo a que se refere o Contrato;
- l) A ocorrência de casos fortuitos ou de força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

11.2.4 - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

12 - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO:

12.1 - A alteração do contrato dar-se-á nos termos do Art. 65, seus incisos e parágrafos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

12.1.1 - O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

12.1.2 - Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos no item anterior, salvo as supressões resultantes de acordos celebrados entre os contratantes.



ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

12.2 - Os atrasos na execução da obra tanto nos prazos parciais, como nos prazos de início e conclusão, somente serão justificáveis quando decorrerem de casos fortuitos ou de força maior ou de fatos de responsabilidade desta Municipalidade e serão considerados quando forem anotados no Diário de Obras.

12.3 - Na ocorrência de tais fatos ou casos, os pedidos de prorrogação referentes aos prazos parciais serão encaminhados por escrito a esta Municipalidade um dia após o evento, enquanto os pedidos de prorrogação do prazo final deverão ser encaminhados, por escrito, 10 (dez) dias antes de findar o prazo final e, em ambos os casos com justificação circunstanciada, com documentos comprobatórios, análise e justificativa da fiscalização.

13 - DAS PENALIDADES:

13.1 - Pela inexecução total ou parcial do contrato o Município poderá aplicar as seguintes sanções, com base em processo administrativo e garantindo-se o direito do contraditório e da ampla defesa:

13.1.1 - **Advertência**, quando houver qualquer paralisação não autorizada ou quando houver descumprimento de qualquer cláusula do Edital ou do Contrato, e/ou nas faltas leves que não acarretem prejuízos de monta à execução do contrato, não eximindo o advertido das demais sanções ou multas;

13.1.2 - Multas de:

a) **5% (cinco por cento)** sobre o valor do contrato pela inexecução parcial e;

b) **10% (dez por cento)** sobre o valor do contrato pela inexecução total.

13.1.3 - **Suspensão**, por até 2 (dois) anos, de participação em licitações do Município, no caso de inexecução parcial ou total do contrato, sendo aplicada segundo a gravidade e a inexecução decorrer de violação culposa da contratada;

13.1.4 - **Declaração de Inidoneidade** para participar de licitação e contratar com Órgãos Públicos, quando a inexecução do contrato decorrer de violação dolosa da contratada, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a sua reabilitação, na forma da legislação em vigor.

14 - DA EXECUÇÃO E DO FORNECIMENTO:

14.1 - O prazo de execução para a conclusão dos serviços será de **90 (noventa dias)** a contar da expedição da Ordem de Serviço.

14.1.1 - Os prazos aqui referidos poderão ser prorrogados em conformidade com o disposto no Art. 57, da Lei 8.666 de 21/06/93.

14.2 - Os serviços deverão ter início após a emissão da Ordem de Serviço.

14.3 - Todos os materiais a serem empregados na obra deverão ser fornecidos pela Contratada. Os materiais deverão ser de primeira qualidade, obedecendo às especificações e normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

14.4 - A execução da obra deverá ser rigorosamente de acordo com as especificações e demais elementos técnicos relacionados neste Edital, sendo que



ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

quaisquer alterações somente poderão ser realizadas se constarem de propostas por escrito e aprovada por esta Municipalidade.

14.5 - O Diário de Obras deverá ser constituído em duas vias, sendo a primeira destinada à fiscalização do Município e a segunda à empresa, cujo termo de abertura se dará no início das obras, devendo ser visado, na oportunidade, pelo responsável técnico da empresa contratada e pelo Engenheiro responsável do Município.

15- DA SUBCONTRATAÇÃO

15.1 A CONTRATADA poderá subcontratar parcial ou totalmente os serviços discriminados desde que a subcontratada atenda as exigências da CONTRATANTE e esta previamente autorize por escrito a subcontratação e dentro dos limites permitidos de acordo com artigos 72 e 78, inciso VI, da Lei 8.666 de 21/06/93.

15.2 O vínculo jurídico entre a CONTRATADA e a SUBCONTRATADA não se estende a CONTRATANTE, permanecendo a primeira integralmente obrigada pelo fiel e perfeito cumprimento dos serviços contratados, na forma do presente contrato.

16 - DA FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO:

16.1 - A fiscalização da execução da obra será feita por esta Municipalidade, a qual caberá verificar se no seu desenvolvimento estão sendo cumpridos os termos de contrato, os projetos, especificações e demais requisitos, bem como autorizar os pagamentos de faturas, substituição de materiais, alterações de projetos, solucionar problemas executivos, assim como participar de todos os atos que se fizerem necessários para a fiel execução dos serviços Contratados.

16.2 - A fiscalização atuará desde o início dos trabalhos até o recebimento definitivo da obra e será exercido no interesse exclusivo desta Municipalidade e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, por qualquer irregularidade.

16.3 - O documento hábil para a comprovação, registro e avaliação de todos os fatos e assuntos relacionados e referentes à execução da obra será o **DIÁRIO DE OBRAS**.

16.4 - Concluídos os serviços, se estiverem em perfeitas condições serão recebidos provisoriamente pela fiscalização e pelos responsáveis pelo seu acompanhamento, que lavrarão o **TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO**.

16.5 - A Contratada fica obrigada a manter as obras e serviços por sua conta e risco, até ser lavrado o Termo de Recebimento Definitivo, em perfeitas condições de conservação e funcionamento.

16.6 - Decorridos trinta (30) dias do Termo de Recebimento Provisório, se os serviços de correção das anormalidades porventura verificadas forem executados e aceitos pela fiscalização, será lavrado o **TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO**.

16.7 - Aceita a obra e serviços, a responsabilidade da Contratada pela qualidade, correção e segurança nos trabalhos, subsiste na forma da Lei.



ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

17 - DAS MEDIÇÕES, DOS FATURAMENTOS E DOS PAGAMENTOS:

17.1 O pagamento será efetuado, conforme cronograma físico-financeiro da administração municipal após apresentação de nota fiscal e laudo de conclusão, podendo ocorrer pagamentos parciais mediante laudo de execução a ser emitido pelo Setor de Engenharia do Município de Tunápolis.

17.2. Fica expressamente estabelecido que os preços unitários incluem todos os custos diretos e indiretos para a execução dos serviços, de acordo com as condições previstas nas especificações e nas normas contidas neste edital e demais documentos da licitação, constituindo assim sua única remuneração pelos trabalhos contratados e executados.

17.2.1 - O pagamento será efetuado mediante o recebimento da nota fiscal e apresentação pela contratada dos seguintes documentos:

- 1ª Via do "Diário da Obra" devidamente assinado pelo fiscal do Município, do período correspondente.
- Cópia da GFIP mensal vinculada a matrícula da Obra, do mesmo período e o respectivo comprovante de recolhimento para o Regime Geral de Previdência Social;
 - Cópia da Guia de Recolhimento do FGTS do período;
 - Cópia das Negativas de débito com o FGTS, Municipal, Estadual, Federal e Trabalhista.

17.3 - Não serão admitidos adiantamentos e, os pagamentos não realizados no prazo previsto no item 16.1 do edital, serão atualizados e compensados financeiramente conforme o disposto no art. 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina, a partir da data prevista para pagamento até a data do efetivo pagamento.

18 - CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO

18.1 - Após a homologação do resultado do presente processo licitatório e adjudicação do objeto ao vencedor, será este convocado para assinar contrato com o Município conforme minuta, que fica fazendo parte integrante deste para todos os fins e efeitos.

18.2 - O proponente vencedor deverá no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da data do recebimento da notificação, assinar o contrato, acompanhado do depósito do valor depositado na conta caução. Farão parte integrante do contrato, todos os elementos apresentados pela licitante vencedora que tenham servido de base para o julgamento deste certame bem como as condições estabelecidas neste edital e seus anexos, independentemente de transcrição.

18.3 - Se a licitante vencedora deixar de assinar o contrato dentro de 03 (três) dias úteis, contado da data de recebimento da notificação, e sem justificativa por escrito aceita por esta Municipalidade, caducará o seu direito de vencedora, sujeitando-se às penalidades aludidas no presente Edital.

18.4 - Ocorrendo à hipótese prevista no item anterior, o objeto da presente licitação poderá ser adjudicado às licitantes remanescentes, na ordem da classificação, nas mesmas condições propostas pela licitante vencedora, inclusive quanto ao prazo e preço.



ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

18.5 - O proponente adjudicado deverá fornecer no ato da assinatura do contrato, os seguintes documentos:

- Nominata dos empregados que irão desenvolver os serviços à mesma, bem como comprovante de inscrição dos mesmos junto ao INSS;
- **PPRA** - Programa de Prevenção de Riscos Ambientais;

19 - DISPOSIÇÕES FINAIS:

19.1 - A presente licitação somente poderá vir a ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente comprovado, ou anulada no todo ou em parte, por ilegalidade de ofício ou por comprovação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, conforme dispõe o artigo 49 da Lei de licitações.

19.2 - A comissão julgadora designada para julgar a presente licitação terá autonomia para analisar todos os casos omissos, interpretar e dirimir dúvidas que por ventura possam surgir, bem como aceitar ou não qualquer interpelação por parte dos participantes.

19.3 - A comissão poderá suspender a sessão, se entender necessário, para maior exame dos documentos apresentados, ou dos recursos interpostos. Neste caso deverá fixar dia, hora e local para comunicar o resultado da fase de habilitação; ocorrendo esta hipótese, a comissão e os licitantes rubricarão os envelopes das propostas, os quais permanecerão em poder da comissão.

19.4 - A comissão julgadora, durante a análise da documentação e posteriormente poderá solicitar de qualquer proponente, informações sobre a documentação exigida, sendo vedada a inclusão posterior de documentos que devam constar originalmente dos envelopes.

19.5 - O licitante vencedor deverá assumir todos os encargos trabalhistas e social previdenciários, resultantes do contrato a ser firmado, conforme artigo 71 da Lei Federal 8.666/93 consolidada.

19.6 - As demais cláusulas serão tratadas de acordo com o estabelecido na Lei n° 8.666/93 consolidada.

19.7 - Os casos omissos e dúvidas suscitadas, serão resolvidos pela comissão de licitações, observando o que dispõe sobre a matéria a legislação vigente.

19.8 - Maiores informações sobre o presente Edital de Tomada de Preços, podem ser obtidos na Prefeitura Municipal de Tunápolis, junto ao Departamento de Compras e Licitações, em dia e horário de expediente normal, ou através do telefone/fax (49) 3632.1122.

TUNAPOLIS - SC., 18 de fevereiro de 2022

MARINO JOSÉ FREY
Prefeito Municipal



ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

Processo de Compra N°. : 45/2022

Tomada de Preços p/ Obras e Serv. de Engenharia n°: 02/2022

ANEXO I

CONTRATAÇÃO, SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, DE EMPRESA PARA AMPLIAÇÃO E REFORMA DO CRAS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NOS ANEXOS DESTES EDITAL E PORTARIA N° 463/SEF - 17/11/2021.

Metragem Área reforma: 169,06m ² Área ampliar: 188,67m ²							BDI	20%	
Item	Orgão/SC	07/2021	Serviço	Unidade	Quantidade	Custo unitário (R\$)	Custo total (R\$)	Custo total + BDI (R\$)	Observações
1			SERVIÇOS PRELIMINARES					R\$ 1.440,46	
1.1	DEINFRA	42566	ABRIGO PROVISÓRIO DE PINUS	m ²	3,00	R\$ 221,06	R\$ 663,18	R\$ 795,82	Depósito provisório geral
1.2	DEINFRA	42571	PLACA DE OBRA PINTADA E FIXADA EM ESTRUTURA DE MADEIRA	m ²	2,00	R\$ 213,60	R\$ 427,20	R\$ 512,64	Placa de obra
1.3	CREA/CAU	-	ART OU RRT DE EXECUÇÃO DA OBRA (AMPLIAÇÃO)	UND	1,00	R\$ 110,00	R\$ 110,00	R\$ 132,00	Taxa ART/RRT execução de obra
2			INFRAESTRUTURA					R\$ 92.091,05	
2.1	SINAPI	99059	LOCACAO CONVENCIONAL DE OBRA, UTILIZANDO GABARITO DE TÁBUAS CORRIDAS PONTALETADAS A CADA 2,00M - 2 UTILIZAÇÕES. AF_10/2018	M	45,60	R\$ 51,67	R\$ 2.356,15	R\$ 2.827,38	Locação da obra
2.2	SINAPI	96521	ESCAVAÇÃO MECANIZADA PARA BLOCO DE COROAMENTO OU SAPATA, COM PREVISÃO DE FÔRMA, COM RETROESCAVADEIRA. AF_06/2017	M ³	21,80	R\$ 37,37	R\$ 814,67	R\$ 977,60	Escavação mecânica para Sapatas
2.3	SINAPI	97084	COMPACTAÇÃO MECÂNICA DE SOLO PARA EXECUÇÃO DE RADIER, PISO DE CONCRETO OU LAJE SOBRE SOLO, COM COMPACTADOR DE SOLOS TIPO PLACA VIBRATÓRIA. AF_09/2021	M ²	188,67	R\$ 0,59	R\$ 111,32	R\$ 133,58	Compactação base para sapatas
2.4	SINAPI	96536	FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA PARA VIGA BALDRAME, EM MADEIRA SERRADA, E=25 MM, 4 UTILIZAÇÕES. AF_06/2017	M ²	21,80	R\$ 75,14	R\$ 1.638,05	R\$ 1.965,66	Fabricação e Montagem de formas para Sapata
2.6	SINAPI	96527	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA PARA VIGA BALDRAME (INCLUINDO ESCAVAÇÃO PARA COLOCAÇÃO DE FÔRMAS). AF_06/2017	M ³	1,70	R\$ 109,91	R\$ 186,85	R\$ 224,22	Escavação mecânica para pilares de arranque
2.7	SINAPI	101619	PREPARO DE FUNDO DE VALA COM LARGURA MENOR QUE 1,5 M, COM CAMADA DE BRITA, LANÇAMENTO MANUAL. AF_08/2020	M ³	71,80	R\$ 232,46	R\$ 16.690,63	R\$ 20.028,75	Preparo fundo da vala para execução de vigas baldrame
2.8	SINAPI	96543	ARMAÇÃO DE BLOCO, VIGA BALDRAME E SAPATA UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5 MM - MONTAGEM. AF_06/2017	KG	68,24	R\$ 19,37	R\$ 1.321,81	R\$ 1.586,17	Armação de ferragem para Sapata, aço CA-60 5mm



ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

2.9	SINA PI	96544	ARMAÇÃO DE BLOCO, VIGA BALDRAME OU SAPATA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 6,3 MM - MONTAGEM. AF_06/2017	K G	2,20	R\$ 18,27	R\$ 40,19	R\$ 48,23	Armação de ferragem para sapata, aço CA-50 6,3mm
2.1 0	SINA PI	96545	ARMAÇÃO DE BLOCO, VIGA BALDRAME OU SAPATA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 8 MM - MONTAGEM. AF_06/2017	K G	104,00	R\$ 17,14	R\$ 1.782,56	R\$ 2.139,07	Armação de ferragem para sapata, aço CA-50 8mm
2.1 1	SINA PI	92778	ARMAÇÃO DE BLOCO, VIGA BALDRAME OU SAPATA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10 MM - MONTAGEM. AF_06/2017	K G	103,50	R\$ 15,29	R\$ 1.582,52	R\$ 1.899,02	Armação de ferragem para sapata, aço CA-50 10mm
2.1 2	SINA PI	92775	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UMA EDIFICAÇÃO TÉRREA OU SOBRADO UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5,0 MM - MONTAGEM. AF_12/2015	K G	2,20	R\$ 19,52	R\$ 42,94	R\$ 51,53	Armação de ferragem para arranque de Pilar e Viga baldrame, aço CA-60 5mm
2.1 3	SINA PI	92778	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UMA EDIFICAÇÃO TÉRREA OU SOBRADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10,0 M - MONTAGEM. AF_12/2015	K G	103,50	R\$ 15,29	R\$ 1.582,52	R\$ 1.899,02	Armação de ferragem para arranque de Pilar e Viga baldrame, aço CA-50 10mm
2.1 4	SINA PI	96558	CONCRETAGEM DE SAPATAS, FCK 25 MPA, COM USO DE BOMBA LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO. AF_11/2016	M ³	21,80	R\$ 542,45	R\$ 11.825,41	R\$ 14.190,49	Concretagem de sapatas
2.1 5	SINA PI	96557	CONCRETAGEM DE BLOCOS DE COROAMENTO E VIGAS BALDRAMES, FCK 30 MPA, COM USO DE BOMBA LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO. AF_06/2017	M ³	4,40	R\$ 535,70	R\$ 2.357,08	R\$ 2.828,50	Concretagem de viga baldrame
2.1 6	SINA PI	92720	CONCRETAGEM DE PILARES, FCK = 25 MPA, COM USO DE BOMBA EM EDIFICAÇÃO COM SEÇÃO MÉDIA DE PILARES MENOR OU IGUAL A 0,25 M ² - LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO. AF_12/2015	M ³	1,70	R\$ 512,36	R\$ 871,01	R\$ 1.045,21	Concretagem de pilar de arranque
2.1 7	SINA PI	10196 3	LAJE PRÉ-MOLDADA UNIDIRECIONAL, BIAPOIADA, PARA PISO, ENCHIMENTO EM CE RÂMICA, VIGOTA CONVENCIONAL, ALTURA TOTAL DA LAJE (ENCHIMENTO+CAPA) = (8+4). AF_11/2020	M ²	179,90	R\$ 169,37	R\$ 30.469,66	R\$ 36.563,60	tabelas e vigotas
2.1 8	SINA PI	92718	CONCRETAGEM DE PILARES, FCK = 25 MPA, COM USO DE BALDES EM EDIFICAÇÃO COM SEÇÃO MÉDIA DE PILARES MAIOR OU IGUAL A 0,25 M ² - LANÇAMENTO, ADE NSAMENTO E ACABAMENTO. AF_12/2015	M ³	4,40	R\$ 660,50	R\$ 2.906,20	R\$ 3.487,44	Concretagem dos Pilares
2.2 0	SINA PI	98557	IMPERMEABILIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM EMULSÃO ASFÁLTICA, 2 DEMÃOS AF_06/2018	M ²	4,40	R\$ 37,04	R\$ 162,98	R\$ 195,57	Impermeabilização de vigas baldrame com emulsão asfáltica, 3 faces
3			SUPRAESTRUTURA					R\$ 31.627,59	
3,1	SINA PI	96536	FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA PARA VIGA BALDRAME, EM MAD EIRA SERRADA, E=25 MM, 4 UTILIZAÇÕES. AF_06/2017	M ²	4,40	R\$ 182,77	R\$ 804,19	R\$ 965,03	Montagem e desmontagem de formas para as vigas de respaldo (cintas)
3.2	SINA PI	92775	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UMA EDIFICAÇÃO TÉRREA OU SOBRADO UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5,0 MM - MONTAGEM. AF_12/2015	K G	346,00	R\$ 19,52	R\$ 6.753,92	R\$ 8.104,70	Armação de Pilar e viga com aço CA-60 5mm
3.3	SINA	92779	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE UMA	K		R\$ 12,91	R\$	R\$ 895,13	Armação de Pilar e



ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

	PI		ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UMA EDIFICAÇÃO TÉRREA OU SOBRADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 12,5 M M - MONTAGEM. AF_12/2015	G	57,78		745,94		viga com aço CA-50 12,5mm	
3,4	SINA PI	92777	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UMA EDIFICAÇÃO TÉRREA OU SOBRADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 8,0 MM - MONTAGEM. AF_12/2015	K G	4,74	R\$ 17,23	R\$ 81,67	R\$ 98,00	Armação de Pilar e viga com aço CA-50 8mm	
3,5	SINA PI	92778	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UMA EDIFICAÇÃO TÉRREA OU SOBRADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10,0 MM - MONTAGEM. AF_12/2015	K G	1.169,20	R\$ 15,37	R\$ 17.970,60	R\$ 21.564,72	Armação de Pilar e viga com aço CA-50 10mm	
4			PAREDES E PAINÉIS						R\$ 29.653,05	
4.1	SINA PI	87481	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA VERTICAL DE 14X19X39CM (ESPESSURA 14CM) DE PAREDES COM ÁREA LÍQUIDA MAIOR OU IGUAL A 6M ² SEM VÃOS E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF_06/2014	M ²	200,90	R\$ 101,86	R\$ 20.463,67	R\$ 24.556,41	Alvenaria de vedação com tijolo cerâmico furado 14x19x39 ou similar	
4.2	SINA PI	93186	VERGA MOLDADA IN LOCO EM CONCRETO PARA JANELAS COM ATÉ 1,5 M DE VÃO. AF_03/2016	M	29,80	R\$ 82,67	R\$ 2.463,57	R\$ 2.956,28	Verga moldado in loco, h= 10 a 15c, transpasse de 30cm cada lado	
4.5	SINA PI	93194	CONTRAVERGA PRÉ-MOLDADA PARA VÃOS DE ATÉ 1,5 M DE COMPRIMENTO. AF_03/2016	M	29,80	R\$ 44,11	R\$ 1.314,48	R\$ 1.577,37	Contraverga moldada in loco, h=10 a 15 cm, transpasse de 30cm cada lado	
4.6	SINA PI	97622	DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA DE BLOCO FURADO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	M ³	9,90	R\$ 47,39	R\$ 469,16	R\$ 562,99	Demolição da parede	
5			ESQUADRIAS						R\$ 24.033,29	
5.1	SINA PI	90843	KIT DE PORTA DE MADEIRA PARA PINTURA, SEMI-OCA (LEVE OU MÉDIA), PADRÃO MÉDIO, 80X210CM, ESPESSURA DE 3,5CM, ITENS INCLUSOS: DOBRADIÇAS, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DO BATENTE, FECHADURA COM EXECUÇÃO DO FURO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	UN D	6,00	R\$ 987,14	R\$ 5.922,84	R\$ 7.107,41	Porta semi oca	
5.2	SINA PI	94573	JANELA DE ALUMÍNIO DE CORRER COM 4 FOLHAS PARA VIDROS, COM VIDROS, BATENTE, ACABAMENTO COM ACETATO OU BRILHANTE E FERRAGENS. EXCLUSIVE ALIZAR E CONTRAMARCO. FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	M ²	34,00	R\$ 414,85	R\$ 14.104,90	R\$ 16.925,88	Janelas das salas e banheiros	
6			COBERTURAS						R\$ 39.429,65	
6.1	SINA PI	92543	TRAMA DE MADEIRA COMPOSTA POR TERÇAS PARA TELHADOS DE ATÉ 2 ÁGUAS PARATELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO, METÁLICA, PLÁSTICA OU TERMOACÚSTICA, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_07/2019	M ²	228,40	R\$ 22,06	R\$ 5.038,50	R\$ 6.046,20		
6.2	SINA PI	94207	TELHAMENTO COM TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO E = 6 MM, COM RECOBRIMENTO LATERAL DE 1/4 DE ONDA PARA TELHADO	M ²	228,40	R\$ 44,65	R\$ 10.198,06	R\$ 12.237,67	228,40 parte da amp	



ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

			COM INCLINAÇÃO MAIOR QUE 10°, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO IÇAMENTO. AF_07/2019						
6.3	COTACAO		REPARO DE COBERTURA	M 2	169,06	R\$ 59,15	R\$ 9.999,90	R\$ 11.999,88	Reforma da cobertura existente
6.4	SINA PI	94228	CALHA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO NÚMERO 24, DESENVOLVIMENTO DE 50 CM	M	65,65	96,94	R\$ 6.364,11	R\$ 7.636,93	Calha nova + reforma da parte antiga
6.5	SINA PI	97066	COBERTURA PARA PROTEÇÃO DE PEDESTRES SOBRE ESTRUTURA DE ANDAIME, INCLUSIVE MONTAGEM E DESMONTAGEM. AF_11/2017	M 2	9,24	R\$ 136,09	R\$ 1.257,47	R\$ 1.508,97	Cobertura lateral acesso estacionamento / refeitório
8	REVESTIMENTOS INTERNOS							R\$ 22.974,17	
8.1	SINA PI	87879	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIAS E ESTRUTURAS DE CONCRETO INTERNAS, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO EM BETONEIRA 400L. AF_06/2014	M 2	328,05	R\$ 3,62	R\$ 1.187,54	R\$ 1.425,05	Chapisco aplicado em alvenaria no traço 1:3
8.2	SINA PI	87775	EMBOÇO OU MASSA ÚNICA EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L, APLICADA MANUALMENTE EM PANOS DE FACHADA COM PRESENÇA DE VÃOS, ESPESSURA DE 25 MM. AF_06/2014	M 2	328,05	R\$ 49,90	R\$ 16.369,70	R\$ 19.643,63	Emboço aplicado em alvenaria e estrutura de concreto no traço 1:2:8
8.3	SINA PI	87269	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PAREDES INTERNAS COM PLACAS TIPO ESMALTADA EXTRA DE DIMENSÕES 30X60 CM APLICADAS EM AMBIENTES DE ÁREA MAIOR QUE 5 M ² NA ALTURA INTEIRA DAS PAREDES. AF_06/2014	M 2	26,90	R\$ 59,03	R\$ 1.587,91	R\$ 1.905,49	Cerâmica aplicada no banheiro, h:1,50m cor: cinza claro
9	REVESTIMENTOS EXTERNOS							R\$ 6.322,85	
9.1	SINA PI	87879	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIAS E ESTRUTURAS DE CONCRETO INTERNAS, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO EM BETONEIRA 400L. AF_06/2014	M 2	98,45	R\$ 3,62	R\$ 356,39	R\$ 427,67	Chapisco aplicado em alvenaria no traço 1:3
9.2	SINA PI	87775	EMBOÇO OU MASSA ÚNICA EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L, APLICADA MANUALMENTE EM PANOS DE FACHADA COM PRESENÇA DE VÃOS, ESPESSURA DE 25 MM. AF_06/2014	M 2	98,45	R\$ 49,90	R\$ 4.912,66	R\$ 5.895,19	Emboço aplicado em alvenaria e estrutura de concreto no traço 1:2:8
10	PINTURA							R\$ 13.100,84	
10.1	SINA PI	102219	PINTURA TINTA DE ACABAMENTO (PIGMENTADA) ESMALTE SINTÉTICO ACETINADO EM MADEIRA, 2 DEMÃOS. AF_01/2021	M 2	20,16	R\$ 14,06	R\$ 283,45	R\$ 340,14	Pintura da porta, sendo a folha, batente e guranção.
10.2	SINA PI	88485	APLICAÇÃO DE FUNDO SELADOR ACRÍLICO EM PAREDES, UMA DEMÃO. AF_06/2014	M 2	564,14	R\$ 2,07	R\$ 1.167,77	R\$ 1.401,32	Apliação de fundo selador em todas as paredes
10.3	SINA PI	88489	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_06/2014	M 2	135,00	R\$ 13,14	R\$ 1.773,90	R\$ 2.128,68	Pintura externa
10.4	SINA PI	88485	APLICAÇÃO DE FUNDO SELADOR ACRÍLICO EM PAREDES, UMA DEMÃO. AF_06/2014	M 2	135,00	R\$ 2,07	R\$ 279,45	R\$ 335,34	Apliação de fundo selador em todas as paredes EXTERNA
10.5	SINA PI	88489	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_06/2014	M 2	564,14	R\$ 13,14	R\$ 7.412,80	R\$ 8.895,36	Pintura com tinta a crilica em paredes duas demãos



ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

11			PISOS					R\$ 66.565,97	
11.1	SINA PI	97084	COMPACTAÇÃO MECÂNICA DE SOLO PARA EXECUÇÃO DE RADIER, PISO DE CONCRETO OU LAJE SOBRE SOLO, COM COMPACTADOR DE SOLOS TIPO PLACA VIBRATÓRIA. AF_09/2021	M ²	199,13	R\$ 0,59	R\$ 117,49	R\$ 140,98	Compactação base para laje piso
11.2	SINA PI	96622	LASTRO COM MATERIAL GRANULAR, APLICADO EM PISOS OU LAJES SOBRE SOLO, ESPESSURA DE *5 CM*. AF_08/2017	M ³	199,13	R\$ 127,20	R\$ 25.329,34	R\$ 30.395,20	Lastro de brita sob laje piso
11.3	SINA PI	10917	TELA DE AÇO SOLDADA NERVURADA, CA-60, Q-61, (0,97 KG/M2), DIAMETRO DO FIO = 3,4 MM LARGURA = 2,45 M, ESPACAMENTO DA MALHA = 15 X 15 CM	M ²	199,13	R\$ 12,39	R\$ 2.467,22	R\$ 2.960,66	A tela de aço Malha POP 15x15 3,4 deve ser distribuída sobre o piso antes da concretagem
11.4	SINA PI	10174 7	PISO EM CONCRETO 20 MPA PREPARO MECÂNICO, ESPESSURA 7CM. AF_09/2020	M ²	199,13	R\$ 68,51	R\$ 13.642,40	R\$ 16.370,88	Piso em concreto usinado h=7cm
11.5	SINA PI	87256	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO ESMALTADA EXTRA DE DIMENSÕES 60X60 CM APLICADA EM AMBIENTES DE ÁREA MAIOR QUE 10 M2. AF_06/2013	M ²	199,13	R\$ 69,88	R\$ 13.915,20	R\$ 16.698,25	piso cerâmico 60x60 cor de escolha da direção
12			ACABAMENTOS					R\$ 4.682,97	
12.1	SINA PI	88650	RODAPÉ CERÂMICO DE 7CM DE ALTURA COM PLACAS TIPO ESMALTADA EXTRA DE DIMENSÕES 60X60CM. AF_06/2014	M	106,80	R\$ 11,37	R\$ 1.214,32	R\$ 1.457,18	o rodapé deverá ser do mesmo material do piso
12.3	DEIFR A	40138	Roda Forro de PVC 5cm com bucha e parafusos	M	106,80	R\$ 25,17	R\$ 2.688,16	R\$ 3.225,79	Deinfra
13			INSTALAÇÕES ELÉTRICA					R\$ 5.098,46	
13.1	DEIN FRA	47983	Eletoduto tipo mangueira corrugada de 3/4"	M	207,50	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
13.3	DEIN FRA	43465	Eletroduto PVC rígido roscavel 3/4"	M	2,00				
13.4	SINA PI	97617	LÂMPADA TUBULAR FLUORESCENTE T10 DE 20/40 W, BASE G13 - FORNECIMENTO E	UN D	29,00	R\$ 65,05	R\$ 1.886,45	R\$ 2.263,74	
13.6	DEIN FRA	39209	ARRUELA EM ALUMINIO, COM ROSCA, DE 3/4", PARA ELETRODUTO	UN D	13,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
13.7	DEIN FRA	39175	BUCHA EM ALUMINIO, COM ROSCA, DE 3/4", PARA ELETRODUTO	UN D	13,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
13.8	DEIN FRA	43359	Caixas baixa 2x4" PVC retangular	UN D	12,00	R\$ 10,06	R\$ 120,67	R\$ 144,81	
13.9	DEIN FRA	43361	Caixa de passagem 3x3" octogonal	UN D	31,00	R\$ 18,98	R\$ 588,50	R\$ 706,20	
13.10	DEIN FRA	43693	Fita isolante	RL	7,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
13.11	DEIN FRA	40187	Cabo Isolado 2,5mm2 - 750V	M	191,00	R\$ 3,69	R\$ 704,79	R\$ 845,75	
13.	SINA	91953	INTERRUPTOR SIMPLES (1 MÓDULO),	U		R\$	R\$	R\$ 221,34	



ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

12	PI		10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	N D	7,00	26,35	184,45			
13. 13	SINA PI	92005	TOMADA MÉDIA DE EMBUTIR (2 MÓDULOS), 2P+T 20 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	U N D	4,00	R\$ 56,24	R\$ 224,96	R\$ 269,95		
13. 14	SINA PI	91997	TOMADA MÉDIA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 20 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	U N D	14,0 0	R\$ 33,69	R\$ 471,66	R\$ 565,99		
13. 15	SINA PI	93654	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 16A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	U N D	3,00	R\$ 12,35	R\$ 37,05	R\$ 44,46		
13. 16	SINA PI	93657	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 32A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	U N D	2,00	R\$ 15,09	R\$ 30,18	R\$ 36,22		
14			INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS						R\$ 918,91	
14. 1	DEIN FRA	43118	TUBO PVC RIGIDO SOLDAVEL 25MM	M	40,0 0	R\$ 10,94	R\$ 437,60	R\$ 525,12		
14. 2	DEIN FRA	42932	Registro gaveta metalico c/ canopla 3/4"	U N D	2,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
14. 3	DEIN FRA	43042	Engate Plastico PVC 30 cm	U N D	10,0 0	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
14. 4	DEIN FRA	42993	Adaptador curto 25mmx3/4 cm bolsa e rosca	U N D	6,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
14. 5	DEIN FRA	43062	Joelho 90 PVC rigido soldavel 25mm	U N D	10,0 0	R\$ 15,97	R\$ 159,70	R\$ 191,64		
14. 6	DEIN FRA	43087	Te 90 PVC rigido soldavel 25mm	U N D	6,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
14. 7	DEIN FRA	43074	Joelho 90 Red. Soldavel/bucha latao 25mmx1/2"	U N D	6,00	R\$ 20,66	R\$ 123,96	R\$ 148,75		
14. 8	DEIN FRA	43048	Joelho 45 PVC rigido soldavel 25mm	U N D	5,00	R\$ 8,90	R\$ 44,50	R\$ 53,40		
15			INSTALAÇÕES DE ESGOTO E ÁGUAS PLUVIAIS						R\$ 1.664,60	
15. 1	DEIN FRA	43364	Caixa de passagem com tampa paraf. 30x30x12	U N D	1,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
15. 2	DEIN FRA	43132	Caixa sifonada PVC 150x150x50mm	U N D	1,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
15. 3	DEIN FRA	43197	Sifao simples para pia 40mm	U N D	1,00	R\$ 23,42	R\$ 23,42	R\$ 168,62		
15. 4	DEIN FRA	43699	Valvula para lavatorio	U N D	2,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
15. 6	DEIN FRA	43146	Curva 90 curta esgoto primario 100mm	U N	1,00	R\$ 39,40	R\$ 39,40	R\$ 236,40		



ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

				D					
15.9	DEIN FRA	43156	Joelho 45 esgoto primario 100mm	U N D	1,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
15.10	DEIN FRA	43157	Joelho 45 esgoto primario 50mm	U N D	1,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
15.11	DEIN FRA	43159	Joelho 45 esgoto secundario 40 mm	U N D	4,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
15.12	DEIN FRA	43164	Joelho 90 esgoto primario 50mm	U N D	3,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
15.13	DEIN FRA	40006	Joelho 90 100mm	U N D	2,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
15.14	DEIN FRA	43179	Juncao simples esgoto primario 100mmx50mm	U N D	3,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
15.15	DEIN FRA	43175	Juncao simples esgoto primario 100mmx100mm	U N D	1,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
15.16	DEIN FRA	40005	Junção simples esgoto 40mmx40mm	U N D	2,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
15.17	DEIN FRA	43182	Luva de correr esgoto primario 100mm	U N D	4,00	R\$ 33,25	R\$ 132,99	R\$ 159,59	
15.18	DEIN FRA	43184	Luva de correr esgoto primario 50mm	U N D	1,00	R\$ 23,98	R\$ 23,98	R\$ 28,77	
15.19	DEIN FRA	43186	Luva simples esgoto primario 40mm	U N D	1,00	R\$ 7,48	R\$ 7,48	R\$ 8,98	
15.20	DEIN FRA	43194	Reducao Excentrica esgoto primario 100mmX50mm	U N D	1,00	R\$ 19,18	R\$ 19,18	R\$ 23,01	
15.21	DEIN FRA	43212	Tubo PVC rigido 100mm esgoto primario	M	20,00	R\$ 21,92	R\$ 438,40	R\$ 526,08	
15.22	DEIN FRA	43210	Tubo rigido 50mm esgoto primario	M	10,00	R\$ 24,10	R\$ 241,04	R\$ 289,25	
15.23	DEIN FRA	43215	Tubo PVC rigido soldavel 40mm esgoto	M	7,00	R\$ 21,34	R\$ 149,35	R\$ 179,22	
	SINA PI	89495	RALO SIFONADO, PVC, DN 100 X 40 MM, JUNTA SOLDÁVEL, FORNECIDO E INSTAL	U N D	3,00	R\$ 12,41	R\$ 37,23	R\$ 44,68	
16			LOUÇAS E METAIS					R\$ 5.431,37	
16.2	SINA PI	86888	VASO SANITÁRIO SIFONADO COM CAIXA ACOPLADA LOUÇA BRANCA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	U N D	2,00	R\$ 387,62	R\$ 775,24	R\$ 3.240,00	
16.3	DEIN FRA	42858	Bancada de concreto aparente rev. granito polido 0,60xcm	M	2,00	R\$ 341,50	R\$ 683,00	R\$ 819,60	bancada dos banheiros em marmore (cor decidir)
16.	DEIN FRA	43923	CUBA, *44 X 35,5* CM, PADRÃO POPULAR -	U		R\$	R\$	R\$ 610,63	



ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

4			FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020 (INCLUSO SIFÃO FLEXÍVEL EM PVC, VÁLVULA E ENGATE FLEXÍVEL 30CM EM PLÁSTICO)	N D	2,00	254,43	508,86		
16.5	DEIN FRA	42957	Papeleira metálica	U N D	2,00	R\$ 62,70	R\$ 125,40	R\$ 150,48	Porta pael higienico para os banheiros
16.6	DEIN FRA	43807	Porta toalha de papel - metálico	U N D	2,00	R\$ 48,32	R\$ 96,64	R\$ 115,97	Porta papel toalha para secar as mãos
16.7	COTACAO		TORNEIRA CROMADA DE LAVATÓRIO PRESMATIC	U N D	2,00	206,12	R\$ 412,24	R\$ 494,69	
17			COMPLEMENTOS					R\$ 7.564,78	
17.1	DEIN FRA	42846	Limpeza da obra	m ²	188,67	R\$ 7,55	R\$ 1.424,46	R\$ 1.709,35	deverá ser feita a limpeza final de toda a edificação
17.2	DEIN FRA	42850	Carga e transporte de entulho e posterior transporte /10km	M ³	6,00	R\$ 62,00	R\$ 372,00	R\$ 446,40	
17.3	SINA PI	10119 9	Cerca	m	57,45	R\$ 78,46	R\$ 4.507,53	R\$ 5.409,03	
VALOR TOTAL								R\$ 352.600,01	

As plantas deste projeto, bem como edital e todos os demais anexos estarão disponíveis no site do município no endereço www.tunapolis.sc.gov.br em arquivos separados.



ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

cronograma

ITEM	DESCRIÇÃO	PREÇO TOTAL	30 DIAS			60 DIAS			90 DIAS		
			% período	% Acumulado	R\$	% período	% Acumulado	R\$	% período	% Acumulado	R\$
1	SERVIÇOS PRELIMINARES	R\$ 1.440,46	100%	100%	R\$ 1.440,46	0%	100%	R\$ -	0%	100%	R\$ -
2	INFRAESTRUTURA	R\$ 92.091,05	100%	100%	R\$ 92.091,05	0%	100%	R\$ -	0%	100%	R\$ -
3	SUPRAESTRUTURA	R\$ 31.627,59	100%	100%	R\$ 31.627,59	0%	100%	R\$ -	0%	100%	R\$ -
4	PAREDES E PAINEIS	R\$ 29.653,05	40%	40%	R\$ 11.861,22	50%	90%	R\$ 14.826,53	10%	100%	R\$ 2.965,31
5	ESQUADRIAS	R\$ 24.033,29	0%	0%	R\$ -	0%	0%	R\$ -	100%	100%	R\$ 24.033,29
6	COBERTURAS	R\$ 39.429,65	0%	0%	R\$ -	100%	100%	R\$ 39.429,65	0%	100%	R\$ -
7	REVESTIMENTOS INTERNOS	R\$ 22.974,17	0%	0%	R\$ -	50%	50%	R\$ 11.487,09	50%	100%	R\$ 11.487,09
8	REVESTIMENTOS EXTERNOS	R\$ 6.322,85	0%	0%	R\$ -	0%	0%	R\$ -	100%	100%	R\$ 6.322,85
9	PINTURA	R\$ 13.100,84	0%	0%	R\$ -	40%	40%	R\$ 5.240,34	60%	100%	R\$ 7.860,51
10	PISOS	R\$ 66.565,97	40%	40%	R\$ 26.626,39	60%	100%	R\$ 39.939,58	0%	100%	R\$ -
11	ACABAMENTOS	R\$ 4.682,97	0%	0%	R\$ -	0%	0%	R\$ -	100%	100%	R\$ 4.682,97
12	INST. S ELETRICAS	R\$ 5.098,46	20%	20%	R\$ 1.019,69	30%	50%	R\$ 1.529,54	50%	100%	R\$ 2.549,23
13	INST. HIDRAULICAS	R\$ 918,91	10%	10%	R\$ 91,89	20%	30%	R\$ 183,78	70%	100%	R\$ 643,24
14	INST. SANITÁRIAS E PLUVIAIS	R\$ 1.664,60	30%	30%	R\$ 499,38	50%	80%	R\$ 832,30	20%	100%	R\$ 332,92
15	LOUCAS E METAIS	R\$ 5.431,37	0%	0%	R\$ -	20%	20%	R\$ 1.086,27	80%	100%	R\$ 4.345,09
16	COMPLEMENTOS	R\$ 7.564,78	0%	0%	R\$ -	0%	0%	R\$ -	100%	100%	R\$ 7.564,78
	TOTAL OBRA	352.600,01									
	ACUMULADO MÊS				R\$ 165.257,66			R\$ 114.555,08			R\$ 72.787,27



ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

ANEXO II

Processo de Compra N°. : 45/2022

Tomada de Preços p/ Obras e Serv. de Engenharia n°: 02/2022

CONTRATAÇÃO, SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, DE EMPRESA PARA AMPLIAÇÃO E REFORMA DO CRAS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NOS ANEXOS DESTA EDITAL E PORTARIA N° 463/SEF - 17/11/2021.

MODELO CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

Ao Departamento de Compras e Licitações

Prezados Senhores,

Pela presente submetemos à apreciação de V. S.^a a nossa proposta relativa à licitação em epígrafe, declarando que:

- a) Executaremos a obras licitadas pelo **VALOR GLOBAL** de R\$,
(.....), sendo o valor de R\$,
correspondente ao fornecimento de materiais, e R\$, relativos
à mão de obra.
- b) O prazo máximo para execução dos Serviços será de() dias
consecutivos, a contar do recebimento da respectiva Ordem de Serviço, de
acordo com o cronograma físico proposto, assumindo inteira responsabilidade
por quaisquer erros que venham a ser verificados na preparação da proposta;
- c) Manteremos válida a proposta por um prazo mínimo de sessenta (60) dias,
contados da data limite para sua apresentação.

Atenciosamente,

Local e data:

Assinatura do Responsável



ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

Processo de Compra N°.: 45/2022

Tomada de Preços p/ Obras e Serv. de Engenharia n°: 02/2022

ANEXO III

MINUTA DE CONTRATO

Pelo presente instrumento de contrato em regime de execução parcelada, o **MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS**, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho n.111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob n° 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr:, portador do RG n° e CPF n°, residente e domiciliado na neste Município, doravante denominado de **CONTRATANTE**, e de outro lado, a empresa estabelecida na, inscrita no CNPJ sob n°, representada neste ato pelo sócio Sr., brasileiro,, portador do CPF n°, cédula de identidade n°, residente e domiciliado na, e doravante denominado **CONTRATADA** resolvem celebrar o presente contrato de, em decorrência do Processo Licitatório na Modalidade de **Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia n° 01/2022**, e de conformidade com o que preceitua a Lei N° 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

s:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS DOCUMENTOS

1.1 - Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, inclusive a proposta pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1 - **CONTRATAÇÃO, SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, DE EMPRESA PARA AMPLIAÇÃO E REFORMA DO CRAS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NOS ANEXOS DESTES CONTRATO E PORTARIA N° 463/SEF - 17/11/2021.**

3.0 CLÁUSULA TERCEIRA - DA EXECUÇÃO

3.1 - O prazo para a conclusão dos serviços será de **90 (noventa) dias** contar da expedição da Ordem de Serviço.

3.2 - Os serviços deverão ter início após a emissão da Ordem de Serviço.

3.3 - Todos os materiais a serem empregados na obra deverão ser fornecidos pela Contratada. Os materiais deverão ser de primeira qualidade, obedecendo às especificações e normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

3.4 - A execução da obra deverá ser rigorosamente de acordo com as especificações e demais elementos técnicos relacionados no Edital sendo que quaisquer alterações somente poderão ser realizadas se constarem de propostas por escrito e aprovada por esta Municipalidade.

3.5 - O Diário de Obras deverá ser constituído em duas vias, sendo a primeira destinada à fiscalização do Município e a segunda à empresa, cujo termo de abertura se dará no início das obras, devendo ser visado, na oportunidade, pelo



ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

responsável técnico da empresa contratada e pelo Engenheiro responsável do Município.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1 - O preço total ajustado para a execução do objeto constante da cláusula segunda será de R\$, sendo custo com mão de obra de R\$..... e material de R\$

4.2 O pagamento será efetuado, conforme cronograma físico-financeiro da administração municipal após apresentação de nota fiscal e laudo de conclusão, podendo ocorrer pagamentos parciais mediante laudo de execução a ser emitido pelo Setor de Engenharia do Município de Tunápolis.

4.3 Fica expressamente estabelecido que os preços unitários incluem todos os custos diretos e indiretos para a execução dos serviços, de acordo com as condições previstas nas especificações e nas normas contidas neste edital e demais documentos da licitação, constituindo assim sua única remuneração pelos trabalhos contratados e executados.

4.4 - O pagamento será efetuado mediante o recebimento da nota fiscal e apresentação pela contratada dos seguintes documentos:

- 1ª Via do "Diário da Obra" devidamente assinado pelo fiscal do Município, do período correspondente.

- Cópia da GFIP mensal vinculada a matrícula da Obra, do mesmo período e o respectivo comprovante de recolhimento para o Regime Geral de Previdência Social;

- Cópia da Guia de Recolhimento do FGTS do período;

- Cópia das Negativas de débito com o FGTS, Municipal, Estadual, Federal e Trabalhista.

4.5 - Não serão admitidos adiantamentos e, os pagamentos não realizados no prazo previsto no item 16.1 do edital, serão atualizados e compensados financeiramente conforme o disposto no art. 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina, a partir da data prevista para pagamento até a data do efetivo pagamento.

CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTE

5.1 - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

CLÁUSULA SEXTA - DOS PRAZOS E VIGÊNCIAS

6.1 - O prazo de execução para a conclusão da obra é **90 (noventa dias)** a contar da expedição da ordem de serviço.

6.1.1 - Os prazos aqui referidos poderão ser prorrogados em conformidade com o disposto no Art. 57, da Lei 8.666 de 21/06/93.

6.2 - Os atrasos na execução da obra tanto nos prazos parciais, como nos prazos de início e conclusão, somente serão justificáveis quando decorrerem de casos fortuitos ou de força maior ou de fatos de responsabilidade desta Municipalidade e serão considerados quando forem anotados no Diário de Obras.

6.3 - Na ocorrência de tais fatos ou casos, os pedidos de prorrogação referentes aos prazos parciais serão encaminhados por escrito a esta Municipalidade um dia



ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

após o evento, enquanto os pedidos de prorrogação do prazo final deverão ser encaminhados, por escrito, 10 (dez) dias antes de findar o prazo final e, em ambos os casos com justificativa circunstanciada, com documentos comprobatórios, análise e justificativa da fiscalização.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

7.1 Os recursos financeiros (próprios do Município) serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigentes, classificadas e codificadas sinteticamente sob o número: 121 da Prefeitura Municipal de Tunápolis, do ano de 2022.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

8.1 - O Município por seus responsáveis, fornecerá informações úteis, boas e necessárias, a perfeita execução da obra com vistas à execução do objeto deste Contrato, bem como, efetuarão o respectivo pagamento na data e condições aqui estabelecidas.

8.2 - Efetuar o pagamento ajustado;

8.3 - Dar à **CONTRATADA** as condições necessárias à regular execução do Contrato.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 **A CONTRATADA** assumirá responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuará, pelo fornecimento de equipamento, materiais, mão de obra, assim como pelo cumprimento dos elementos técnicos recebidos, bem como quaisquer danos decorrentes da realização destes serviços, causados a esta Municipalidade ou a terceiros.

9.2 - **A CONTRATADA** obriga-se a cumprir todas as exigências das Leis e Normas de Segurança e Higiene de Trabalho, fornecendo os adequados equipamentos de proteção individual a todos os que trabalharem, ou por qualquer motivo, permanecerem na obra.

9.3 - **A CONTRATADA** deverá providenciar, às suas custas, verificações e provas de materiais fornecidos e de serviços executados, bem como os reparos que se tornarem necessários, para que os trabalhos sejam entregues em perfeitas condições.

9.4 - **A CONTRATADA** deverá providenciar, às suas custas, o fornecimento da placa indicativa da obra, bem como a aprovação pelos poderes competentes ou companhias concessionárias de serviços públicos, quando for o caso, de todos os componentes dos projetos.

9.5 - **A CONTRATADA** se obriga a facilitar todas as atividades de fiscalização da obra que serão feitas por técnicos desta Municipalidade, fornecendo as informações e demais elementos necessários.

9.6 - **A CONTRATADA** deverá providenciar e entregar junto ao setor de Engenharia do município, a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) da execução da obra de forma discriminada, no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos após emissão da Ordem de Serviço.

9.7 - **A CONTRATADA** deverá assumir integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução dos serviços.

9.8 - **A CONTRATADA** obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.



ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

9.9 - **A CONTRATADA** deverá cumprir o disposto no inciso XXXVIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

9.10 - **A CONTRATADA** deverá Colocar e Manter a disposição, no canteiro de Obras, o "Diário da Obra".

9.11 - **A CONTRATADA** deverá **garantir, durante a execução das obras, a continuidade e a segurança do tráfego; a proteção e a conservação dos serviços executados; e, sinalizar e manter a vigilância necessária à segurança do trânsito. Todas as frentes de serviço em obras ou não, deverão ser ostensivamente sinalizadas; inclusive cabendo à empresa contratada, a responsabilidade por qualquer dano causado à terceiros, no período compreendido desde o início da obra até a entrega definitiva da mesma.**

9.12 - **A CONTRATADA** deverá fazer a matrícula da obra junto a Previdência Social, entregando cópia da mesma para o município.

9.13 - Comunicar antecipadamente o MUNICÍPIO, da necessidade de bloqueio de vias, devendo aguardar aprovação para sua efetiva execução.

9.14. A licitante contratada responderá pela solidez e segurança do objeto da presente licitação, durante o prazo de 5 (cinco) anos, contados a partir da data da conclusão das mesmas, em conformidade com o artigo 618, do Código Civil Brasileiro (Lei Federal nº 10.406/2002).

CLAUSULA DÉCIMA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

10.1 - Este Contrato vincula-se ao **Edital de Tomada de Preços Nº 45/2022 para Obras e Serviços de Engenharia nº 02/2022**, para todos os efeitos legais e jurídicos, aqueles consignados na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada, com as alterações posteriores, especialmente nas dúvidas, contradições e omissões.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - PENALIDADES

11.1 - Pela inexecução total ou parcial do contrato o Município poderá aplicar as seguintes sanções, com base em processo administrativo e garantindo-se o direito do contraditório e da ampla defesa:

11.1.1 - **Advertência**, quando houver qualquer paralisação não autorizada ou quando houver descumprimento de qualquer cláusula do Contrato, e/ou nas faltas leves que não acarretem prejuízos de monta à execução do contrato, não eximindo o advertido das demais sanções ou multas;

11.1.2 - **Multas de:**

c) **5% (cinco por cento)** sobre o valor do contrato pela inexecução parcial e;

d) **10% (dez por cento)** sobre o valor do contrato pela inexecução total.

11.1.3 - **Suspensão**, por até 2 (dois) anos, de participação em licitações do Município, no caso de inexecução parcial ou total do contrato, sendo aplicada segundo a gravidade e a inexecução decorrer de violação culposa da contratada;

11.1.4 - **Declaração de Inidoneidade** para participar de licitação e contratar com Órgãos Públicos, quando a inexecução do contrato decorrer de violação dolosa da contratada, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a sua reabilitação, na forma da legislação em vigor.



ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO

12.1 - Eventuais atrasos nos pagamentos serão remunerados utilizando-se os mesmos critérios que o Município utiliza para penalizar os atrasos nas suas receitas de parte dos contribuintes.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

13.1 - Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando a mesma sobrestada, até o julgamento do pleito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

14.1 - A fiscalização da execução da obra será feita por esta Municipalidade, a qual caberá verificar se no seu desenvolvimento estão sendo cumpridos os termos de contrato, os projetos, especificações e demais requisitos, bem como autorizar os pagamentos de faturas, substituição de materiais, alterações de projetos, solucionar problemas executivos, assim como participar de todos os atos que se fizerem necessários para a fiel execução dos serviços Contratados.

14.2 - A fiscalização atuará desde o início dos trabalhos até o recebimento definitivo da obra e será exercido no interesse exclusivo desta Municipalidade e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, por qualquer irregularidade.

14.3 - O documento hábil para a comprovação, registro e avaliação de todos os fatos e assuntos relacionados e referentes à execução da obra será o **DIÁRIO DE OBRAS**.

14.4 - Concluídos os serviços, se estiverem em perfeitas condições serão recebidos provisoriamente pela fiscalização e pelos responsáveis pelo seu acompanhamento, que lavrarão o **TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO**.

14.5 - A Contratada fica obrigada a manter as obras e serviços por sua conta e risco, até ser lavrado o Termo de Recebimento Definitivo, em perfeitas condições de conservação e funcionamento.

14.6 - Decorridos trinta (30) dias do Termo de Recebimento Provisório, se os serviços de correção das anormalidades porventura verificadas forem executados e aceitos pela fiscalização, será lavrado o **TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO**.

14.7 - Aceita a obra e serviços, a responsabilidade da Contratada pela qualidade, correção e segurança nos trabalhos, subsiste na forma da Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS MEDIÇÕES

15.1 - A medição será elaborada de acordo com o cronograma, sendo obrigatoriamente assinada pelo engenheiro fiscal do município e pelo responsável técnico da Empresa contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

16.1 - A alteração do contrato dar-se-á nos termos do Art. 65, seus incisos e parágrafos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

16.1.1 - O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.1.2 - Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos no item anterior, salvo as supressões resultantes de acordos celebrados entre os contratantes.



ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

17.1 - A inexecução e a rescisão do contrato serão reguladas pelo Artigo 58 e Artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

17.2 - A inexecução e rescisão do Contrato processar-se-á considerando-se:

17.2.1 - A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão com as consequências contratuais e as previstas em lei.

17.2.2 - O Instrumento poderá ser rescindido, unilateralmente pela **CONTRATANTE**, ou bilateralmente, atendida sempre a conveniência administrativa.

17.2.3 - Constituem motivos para rescisão do Contrato:

- a) O não cumprimento de Cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- b) O cumprimento irregular de Cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- c) A lentidão no seu cumprimento, levando a Administração a presumir a não conclusão da obra, nos prazos estipulados;
- d) O atraso injustificado no início da obra;
- e) A paralisação da obra, sem justa causa e prévia comunicação a Administração;
- f) A subcontratação total ou parcial do seu objeto; a associação do Contratado com outrem; a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação não admitidas no edital ou contrato;
- g) O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução, assim como as de seus superiores;
- h) O cometimento reiterado de faltas na sua execução anotadas na forma do parágrafo 1º, do artigo 67, da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, atualizada.
- i) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- j) A dissolução da sociedade ou o falecimento do **CONTRATADO**;
- k) A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que prejudique a execução do Contrato;
- l) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a **CONTRATANTE** e exaradas no processo administrativo a que se refere o Contrato;
- m) A ocorrência de casos fortuitos ou de força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

17.2.4 - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

17.2.5 - Em havendo rescisão administrativa, ficam reconhecidos os direitos do Município, nos termos do artigo 77, da Lei de Licitações.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

18.1 - O presente contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666 de 21/06/93, e suas alterações.

Parágrafo único. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida Lei e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do Direito.



ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO

19.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Itapiranga (SC), com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para nele serem dirimidas dúvidas e questões oriundas do presente contrato.

E, por estarem acordes, as partes assinam este instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, na presença das testemunhas abaixo.

Tunápolis - SC.,

Prefeito Municipal
Contratante

Contratada

TESTEMUNHAS:

.....
Nome:

CPF -

.....
Nome:

CPF -